

Discurso da tomada de posse
de
António Gonçalves Monteiro,
enquanto Presidente da CNC

29/04/2013

- Senhor Ministro de Estado e das Finanças,
- Senhores Secretários de Estado,
- Senhores bastonários das Ordens Profissionais,
- Senhores representantes das Associações Empresariais e demais entidades representadas na Comissão de Normalização Contabilística,
- Ilustres Convidados,

Compete-me em primeiro lugar agradecer ao Senhor Ministro de Estado e das Finanças a honra que me concedeu ao apresentar ao Conselho de Ministros a proposta da minha nomeação para Presidente da Comissão de Normalização Contabilística.

Quero, igualmente, agradecer aos responsáveis de todas as entidades que, nos termos da lei, designaram os seus representantes para integrar o Conselho Geral da CNC, órgão representativo e particularmente qualificado, composto por 35 membros, que integra docentes universitários, membros de ordens profissionais, especialistas, quadros superiores da Administração Pública e personalidades de reconhecido mérito.

Na sequência da recente alteração do seu regime jurídico, a CNC continuou a manter as tradicionais atribuições de normalização contabilística para as entidades do setor empresarial, tendo-lhe agora sido atribuídas competências de normalização contabilística para o setor público.

Para se compreender o desafio que temos pela frente é essencial fazer uma, ainda que breve, caracterização da actual situação:

No Setor Empresarial não financeiro o modelo de normalização contabilística adotado em Portugal pelas empresas com títulos admitidos à cotação em mercado regulamentado são as IFRS, enquanto que para as restantes cerca de 400.000 empresas é adotado o Sistema de Normalização Contabilística e o Regime das Microentidades.

O nosso modelo contabilístico está alinhado com o que se pratica na generalidade dos países da União Europeia. Todavia, está em fase final de aprovação uma nova diretiva que irá reformular as tradicionais diretivas da Contabilidade, denominadas por 4ª e 7ª directivas. Apesar de vir a ser necessário introduzir alguns ajustamentos ao actual sistema, não se prevê que venham a ocorrer dificuldades relevantes na adoção e implementação desta nova diretiva.

No que se refere ao Setor Público o desafio é bastante maior e reveste-se de grande complexidade. Em Portugal as entidades do setor público adotam um modelo contabilístico baseado no Plano Oficial de Contabilidade Pública e em quatro planos de contas setoriais com diversificado grau de implementação.

O actual sistema contabilístico adotado pelo setor público está desatualizado, não é suficientemente fiável, está baseado sobretudo em regras e não em princípios e, em geral, não dispõe de informação essencial que permita a avaliação do desempenho e um relato financeiro de elevada qualidade.

Há que fazer um esforço sério no sentido de se adotarem as melhores práticas, como única forma de se reforçar a transparência e a credibilidade da informação financeira. Estamos cientes de que são hoje cada vez mais óbvias as razões que justificam uma maior aproximação do universo da contabilidade pública ao universo da contabilidade nacional. Penso ter chegado o momento de a União Europeia se decidir por uma maior harmonização contabilística no Setor Público.

No Relatório do Orçamento de Estado para 2013 o Governo já estabeleceu como referencial as Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público (IPSAS). Importa, pois, reconhecer que a Comissão Europeia não tomou, ainda, uma decisão definitiva sobre o modelo a adotar pelo que se impõe alguma prudência nas opções que vierem a ser tomadas.

É minha convicção que o novo modelo de Normalização Contabilística para o Setor Público:

- (I) terá de promover uma maior transparência e um maior rigor na execução e no relato financeiro,
- (II) terá de permitir uma melhor avaliação e uma maior responsabilização dos decisores,
- (III) terá de proporcionar um melhor e mais atempado conhecimento das verdadeiras responsabilidades e dos riscos efectivos incorridos pelas entidades públicas, e
- (IV) deverá estar alinhado com as melhores práticas internacionais.

Por isso, especial atenção deverá ser dada ao que vier a ocorrer em termos de harmonização da contabilidade do setor público, de que destacamos o recente relatório da Comissão de 6 de março de 2013.

Senhor Ministro de Estado e das Finanças,

O compromisso que, em nome de todos os membros da Comissão, gostaria de aqui solenemente registar é o de que tudo faremos para cumprir a missão que nos foi confiada usando toda a nossa experiência e capacidade para promovermos a melhoria das práticas adotadas ao nível da normalização contabilística para o Setor Empresarial e, em particular, para o Setor Público.

Desta forma procuraremos contribuir para reforçar a transparência, o rigor e a qualidade da informação financeira produzida pelas diferentes entidades e, assim, ajudarmos a promover a estabilidade financeira e o crescimento económico.

Muito obrigado

António Gonçalves Monteiro